



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE TRANSPORTE - UTRAN/SELOG/SR/PF/TO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08297.004142/2022-93

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente documento visa levantar os elementos essenciais e analisar a viabilidade, bem como apontar a solução que melhor atende às necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Tocantins - SR/PF/TO, apresentada por intermédio do Documento de Formalização da Demanda nº 24999975, de acordo com as diretrizes traçadas no artigo 24, § 1º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e demais normas aplicáveis.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo do presente processo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns sob o regime de execução indireta de motorista com carteira nacional de habilitação categoria "D" ou superior, a serem executados de forma contínua, nas dependências da SR/PF/TO, por meio da realização de atividades complementares necessárias ao bom funcionamento do órgão, possibilitando que a Administração se faça presente ofertando um serviço de excelência aos usuários internos e externos da SR/PF/TO.

2.2. Considerando o disposto no Art. 10, § 7º do Decreto-Lei nº 200/67, segundo o qual: “Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução”;

2.3. Considerando que o cargo de Motorista foi extinto conforme previsto no Anexo I da Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, a contratação do posto de Motorista é essencial para a locomoção de servidores, além de transportar documentos, equipamentos e materiais, que é realizada comumente por meio dos veículos oficiais, em deslocamentos locais, intermunicipais e interestaduais, abstendo-se a gestão de inserir na atividade de motorista servidores de outras funções, salvo necessidade específica e necessária.

2.4. A execução de serviços de apoio de cunho acessórios por meio da contratação de empresa especializada possibilitará que os servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais.

2.5. O planejamento realizado busca o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros.

2.6. Considerando a peculiaridade da qual está revestida a atividade finalística da instituição, faz-se necessária e oportuna a contratação dos serviços em questão, tendo em vista que a utilização de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva e especializada de motorista tem o intuito de dar apoio às atividades administrativas da SR/PF/TO, e visa auxiliar os servidores no desenvolvimento das atividades institucionais de rotina.

2.7. A necessidade da contratação é evidente, haja vista que os serviços a serem contratados são de natureza acessória imprescindível: sem esse importante serviço auxiliar, resta prejudicada a qualidade do serviço público prestado à população.

2.8. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, visto que as atividades desenvolvidas pelos profissionais designados para a contratação pretendida possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.9. Importante ressaltar que o órgão não dispõe de categoria funcional cuja atribuição coincida com o objeto a ser contratado. Assim, dentre os cargos que integram a estrutura da Polícia Federal, não há cargo com atribuições idênticas ou similares às dos postos de trabalho que se pretende contratar.

2.10. Assim sendo, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada torna-se necessária a terceirização dos serviços de motorista, que por sua vez, encontra amparo legal na Portaria nº 443/2018-MPDG, a qual regulamentou o art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, de 21/09/2018, e na Instrução Normativa MPDG nº 05 de 26/05/2017 e suas atualizações, e são necessários ao funcionamento da estrutura administrativa da unidade regional da instituição e, considerando ainda que tais serviços não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio, é plenamente justificada a presente demanda.

3. DA LEGISLAÇÃO

Id	Tipo	Descrição
1	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
2	Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
3	CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: 2023	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: TO000015/2023, SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO AMBIENTAL E PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ n. 38.136.727/0001-73 e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DO TOCANTINS - SEAC-TO, CNPJ n. 08.573.975/0001-10, DATA DO PROTOCOLO: 08/02/2023, CARGO "CONDUTOR"

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação dos Serviços Terceirizados tem por objetivo a manutenção contínua e ininterrupta das diversas atividades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Tocantins, garantindo todas as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades do órgão.

4.2. A contratação dos serviços de motorista abrange os seguintes requisitos básicos:

- 4.2.1. Tenha experiência comprovada de pelo menos 01 ano no fornecimento de mão-de-obra em número de postos equivalentes ao da contratação;
- 4.2.2. Alocação de empregados observando as descrições dos cargos e as atribuições e exigências legais;
- 4.2.3. Cumprimento de jornada de trabalho semanal de **40 horas** pelos empregados, no período de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente e a critério do contratante, nos sábados, domingos e feriados, observada a legislação e normas trabalhistas que regem o assunto;
- 4.2.4. Excepcional realização de horas extras pelos empregados somente mediante prévia autorização da autoridade competente do contratante e prévio acordo com a contratada, com compensação obrigatória até o mês seguinte ao da realização, sendo proibida a remuneração;
- 4.2.5. Em razão da SR/PF/TO possuir 01 (uma) unidade descentralizada em Araguaína/TO e uma Base de Apoio em Gurupi/TO, necessário se faz o deslocamento constante de pessoas e/ou materiais e/ou bens entre estas unidades. Neste sentido, faz-se necessária a previsão de pagamento de diárias para custear as despesas de alimentação e hospedagem do trabalhador, que será reembolsável à empresa contratada mediante atesto do fiscal do contrato apenas quando da ocorrência do fato gerador precedido de autorização prévia da Administração;
- 4.2.6. Prestar o serviço com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05/2017, à Convenção Coletiva da Categoria, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis.
- 4.3. Os funcionários precisarão estar uniformizados e identificados com crachás e a prestadora de serviços a ser contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços, devendo-se ser aprovado previamente pela SR/PF/TO:
- 4.3.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ITEM	QUANTIDADE	REPOSIÇÃO
Calça Comprida (com tecido e confecção adequados)	03 (por colaborador)	ANUAL
Cinto	01 (por colaborador)	ANUAL
Camisa manga comprida	01 (por colaborador)	ANUAL
Camisa estilo Polo	03 (por colaborador)	ANUAL
Calçado tipo sapato (feminino/masculino) em material resistente.	01 (por colaborador)	ANUAL
Meia social	02 par (por colaborador)	ANUAL

- 4.4. Em relação à natureza dos serviços, são classificados como comuns de natureza continuada (contratação de mão de obra com dedicação exclusiva), se enquadrando nos pressupostos da IN 05/2017-MPOG.
- 4.5. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global por grupo de itens.
- 4.6. O contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do PARECER nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017;
- 4.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.8. O serviço que se objetiva contratar é de natureza continuada em face de sua essencialidade enquanto atividade acessória às finalidades institucionais do Órgão;
- 4.9. A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI /MPOG n.º 01, de 19/01/2010;
- 4.10. Critérios de habilitação fiscal, econômico-financeira e trabalhista serão apresentados no Edital de Licitação.
- 4.11. A licitante deve apresentar Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- 4.12. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, e, caso a CONTRATADA atenda a todos os requisitos definidos em Edital e tiver boa execução contratual, conforme as diretrizes traçadas no Termo de Referência, o contrato poderá ter sua duração estendida em até 60(sessenta) meses, conforme Art. 57, II, da Lei 8.666/93;
- 4.13. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a seguinte:

SERVIÇO	CÓDIGO
Serviço de motorista	CBO 7824-05

- 4.14. Os funcionários contratados deverão possuir as competências técnicas e comportamentais descritas na Classificação Brasileira de Ocupações e na Descrição de Cargos, bem como apresentar a instrução formal exigida para seu cargo;
- 4.15. O serviço de motorista para condução de veículos oficiais do órgão: o motorista deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria “D” ou superior.
- 4.16. Quaisquer infrações de trânsito cometidas pelo motorista no uso dos veículos da Contratante durante o período de vigência contratual serão de responsabilidade exclusiva da empresa Contratada, devendo esta arcar com todos os encargos decorrentes.
- 4.17. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 4.18. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência.
- 4.19. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.20. O Termo de Referência tratará de detalhar aspectos específicos e necessários à boa execução dos serviços contratados, definindo com clareza as responsabilidades, bem como as condições indispensáveis à prestação adequada dos serviços, inclusive no que se refere ao compromisso de confidencialidade em virtude de eventual acesso a informação privilegiada.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

- 5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que as atividades que se visa contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

- 5.2. O perfil da demanda da SR/PF/TO para os serviços de motorista exige que seja prestado com fornecimento de mão de obra, pois não seria razoável que o serviço fosse prestado sob a sistemática de acionamentos em datas determinadas uma vez que há contínua necessidade dos serviços a serem contratados.
- 5.3. Pelo exposto, a contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços a serem contratados justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.
- 5.4. A Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, do Ministério da Economia, em seu art. 7º, III, define a necessidade da realização de levantamento de mercado, podendo ser consideradas contratações similares em outros órgãos e entidades ou pesquisas com potenciais contratadas.
- 5.5. Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço, em observância ao disposto na IN n.º 73/2020.
- 5.6. A contratação de serviços de motorista com dedicação exclusiva de mão de obra está atrelada às condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho específica, a qual varia de localidade para localidade, não sendo possível comparar valores de outras contratações realizadas sob as condições de CCTs diversas. Dessa forma, será realizada solicitação de orçamentos a empresas do ramo sediadas no Estado do Tocantins;.
- 5.7. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constarão no Item **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**.

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 6.1. A solução apontada pelo presente estudo abrange a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de motorista com carteira nacional de habilitação categoria "D" ou superior para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins, tais como:
- 6.1.1. Condução de viaturas oficiais;
 - 6.1.2. Transporte de passageiros;
 - 6.1.3. Transporte de materiais;
 - 6.1.4. Condução de caminhões e demais veículos apreendidos;
 - 6.1.5. Realização de orçamento de manutenção.
- 6.2. As informações dispostas neste estudo, e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos
- 6.3. Os serviços especificados neste Estudo Técnico Preliminar serão executados sob o regime de **40 horas** semanais, de acordo com as rotinas fixadas no Termo de Referência.
- 6.4. A contratação do serviço será através de pregão eletrônico, regido pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.
- 6.5. O fornecimento de mão de obra exclusiva segue uma série de parâmetros definidos em Termo de Referência, tais como qualificação técnica, experiência comprovada em carteira e lista de atribuições relativas ao cargo constantes na CBO.

7. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

- 7.1. A quantidade de postos estimada é a seguinte:

GRUPO 1			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Serviço de motorista com CNH "D" para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins. Postos fixos, em regime de trabalho de 40 horas semanais CBO 7823-05	Posto	1
2	Diária de motorista sob demanda com pernoite	Diárias anual sob demanda	20
3	Diária de motorista sob demanda sem pernoite	Diárias anual sob demanda	10
Total de Postos			1

- 7.2. Os serviços especificados nos itens 1, 2 e 3 serão prestados no município de Palmas/TO na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins (SR/PF/TO);
- 7.3. O valor das diárias a serem pagas ao motorista será o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Em caso de não previsão na CCT do licitante, será utilizado o valor orçado por esta Administração;
- 7.4. As quantidades estimadas de diárias referentes aos deslocamentos são as constantes no item 2;
- 7.5. O item 2 e 03 não serão objeto de disputa, pois o valor da diária é estabelecido na CCT da categoria de motorista.
- 7.6. Estimou-se os quantitativos das diárias com base nas viagens realizadas pelo motorista nos exercícios de 2021 e 2022, conforme processos detalhados abaixo, adicionando dez diárias por ano como margem de segurança - aproximadamente a demanda anual -, pois foram períodos atípicos pós-pandemia, o que pode distorcer a real necessidade, chega-se ao valor de aproximadamente 20 diárias anuais com pernoite e, como consequência, 10 sem pernoite. Destaca-se que referido orçamento tem a característica de ser de difícil mensuração, pois não é possível prever quantas viagens irão ocorrer ao longo do exercício:
- 7.6.1. **08297.000666/2021-24**

7.6.2.	08297.000273/2021-11
7.6.3.	08297.002592/2021-61
7.6.4.	08297.003727/2021-13
7.6.5.	08297.000021/2022-72
7.6.6.	08297.001833/2022-35
7.6.7.	08297.003711/2022-83
7.6.8.	08297.005392/2022-41
7.6.9.	08297.005618/2022-11
7.6.9.1.	Diante do Exposto, considera-se essa ser a forma mais prudente de realizar a estimativa dos quantitativos, optando-se por ter uma margem razoável de segurança, sobretudo se considerarmos que a despesa com diária é extremamente variável e seu pagamento só se realizará quando efetivamente acontecer o fato gerador, ficando afastada a possibilidade de se causar qualquer prejuízo a Administração, além de ser de baixo valor, quando comparado ao orçamento da unidade.
8.	ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
8.1.	Os preços de referência foram estimados de acordo com a seguinte metodologia:
8.2.	Foram realizadas pesquisa de mercado dos itens referentes aos uniformes e diárias 25375054 e 25375054
8.3.	De posse destes preços de mercado, obtivemos o valor médio total para a contratação por meio da planilha de formação de preços elaborada por esta Administração (25572420). Tal possibilidade é regulamentada pela Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG/MPDG, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, Anexo V, item 2.9, b.1.
8.4.	Assim, para contratação em tela foi estimado o valor total de R\$ 86.349,36 (oitenta e seis mil trezentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos)
9.	JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO
9.1.	Os serviços por sua natureza não são passíveis de parcelamento.
10.	ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES
10.1.	A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria n.º 1735/2010-DG/PDF, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/PF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:
10.1.1.	Pessoal motivado;
10.1.2.	Apoio logístico efetivo;
10.1.3.	Credibilidade mantida.
10.2.	Dentre as ações estratégicas fixadas no mesmo instrumento, figura " <i>otimização dos serviços ao usuário/cidadão</i> ", conforme detalhada a seguir, ação esta que será devidamente resguardada com a prestação dos serviços de motorista, contribuindo para o equilíbrio e regular funcionamento da SR/PF/TO. <i>"9.5.2. Ação Estratégica: Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados."</i>
10.3.	Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.
11.	RESULTADOS PRETENDIDOS
11.1.	O resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom andamento dos serviços prestados pela SR/PF/TO, por meio de atividades acessórias ou complementares necessárias ao suporte às atividades administrativas.
11.2.	Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa e também para a gestão inteligente de recursos humanos e financeiros, contribuindo para a atividade finalística da SR/PF/TO.
11.3.	Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos, espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois desse modo não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao Órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar sua força de trabalho para outras atividades institucionais.
11.4.	Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.
11.5.	Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades com ganho de eficiência e celeridade nos processos administrativos, bem como otimização de recursos humanos, focado na atividade fim.
12.	PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
12.1.	Composição de equipe para fiscalização e gestão contratual, após a finalização da licitação.
13.	POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1. Os serviços a serem contratados e objeto do presente ETP não geram impactos ambientais. Todavia, as empresas deverão atender, em especial, as normas de sustentabilidade previstas pelo Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 e pela Instrução Normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010, além de outras específicas ao serviço prestado.

14. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Assim, diante do exposto, entendemos ser RAZOÁVEL e VIÁVEL a contratação da solução demandada.

15. **IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Responsável pela Demanda	ALEX BARBOSA SILVA
Membro Equipe de Planejamento da Contratação	ALEX BARBOSA SILVA
	DANYLO SOUSA MORAIS TAJRA
Integrante Administrativo	VITOR GABRIEL GONÇALVES DA SILVA



Documento assinado eletronicamente por **DANYLO SOUSA MORAIS TAJRA, Agente de Polícia Federal**, em 24/02/2023, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR GABRIEL GONCALVES DA SILVA, Agente de Polícia Federal**, em 28/02/2023, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27065069** e o código CRC **B6E58854**.